

Fiscalização vai aumentar

A transformação de lotes em áreas públicas em moeda eleitoral preocupa o Ministério Público, a Gerência Regional do Patrimônio da União e arquitetos. O surgimento de novos focos de invasão, assim como a postura dos invasores — que aproveitam a proximidade das eleições para invadir espaços e reivindicar moradia — faz com que eles tentem evitar a intensificação da prática.

A Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística do Ministério Público do DF (Prourb) decidiu acompanhar a distribuição de lotes feita pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Primeiro, os promotores pediram ao GDF uma cópia da lista de inscritos no cadastro da Secretaria (antiga lista do Idhab). Agora, pedem que cada entrega de lotes feita pelo governo seja

notificada à promotoria.

“Queremos ter certeza de que a terra está sendo entregue a quem realmente tem direito, de acordo com os pré-requisitos exigidos pela lei”, diz a promotora Ana Luiza Leão Osório. A intenção é fiscalizar um eventual uso eleitoral da distribuição dos lotes, como acusam inúmeras denúncias recebidas pela Promotoria.

A Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU) também tomou providências para proteger de invasões as terras do governo federal no DF. Depois que teve uma área de 54 hectares no Paranoá ocupada há duas semanas, a GRPU decidiu intensificar a fiscalização nas terras vazias da União.

O temor é de que novas invasões aconteçam. “É um círculo

vicioso. As pessoas invadem, pressionam o governo e conseguem o lote. Isso serve como estímulo para que outros também invadam”, avalia Raimundo Ribeiro, gerente regional do Patrimônio da União.

Para Gilson Paranhos, presidente regional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a chegada do ano eleitoral faz com que o governo afrouxe a fiscalização. “A população sabe disso e aproveitata”, analisa.

Apesar das acusações de fazer vista grossa, o governo garante que tem cumprido a sua parte. No primeiro semestre, o Siv-Solo fez 332 operações de retirada de invasões em todo o Distrito Federal. Foram removidas 631 famílias, quase o total do número de famílias retiradas em 2000. (ALM e PL)